

Revolução na educação

JORNAL DE BRASÍLIA

UBIRATAN AGUIAR

12 9 JUL 1996

A escola está mudando. O Brasil teve muito o que mostrar no debate, mês passado, sobre Promoção da Reforma Educacional na América Latina, Preal, um programa conjunto de sete países. A organizadora do evento, Helena Bonemy, procurando casos de sucesso no Brasil inteiro para apresentar no Seminário, descobriu que a eleição de diretores e dos conselhos comunitários está alastrando-se pelas escolas, reagindo à velha praxe de intermediação de cargos e verbas, do apadrinhamento de diretores e da torrefação de verbas em trâmites burocráticos.

O Ministério da Educação lançou uma campanha - Dinheiro na Escola Rende Mais - em que se o diretor estiver sob a supervisão de um conselho, saca a verba da escola no banco, sem precisar beijar a mão de R\$ 250 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Explica o ministro Paulo Renato de Souza, da Educação: "É um modo de sugerir que todo diretor deve organizar sua Associação de Pais de Mestres". O Governo tem desenvolvido uma política de incentivar a participação da comunidade na grande tarefa da Educação.

Não é somente aumentando os recursos que se garantirá um futuro melhor para o sistema educacional do País. Exemplo disso é o Rio de Janeiro: há dois anos, o MEC premiou o estado que mais investia em educação, era a época dos Cieps. No mês passado saíram os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Saeb, que confere, por meios de provas ministradas a 125 mil alunos, a qualidade do ensino. O mesmo MEC classificou o Rio de Janeiro em oitavo lugar no País, nos testes de compreensão de leitura para o 2º Grau. Ficou provado, que era preciso redirecionar os recursos para melhorar o ensino. Não bastam os prédios.

E os brasileiros dão valor ao ensino de qualidade. Pesquisa comprova que a grande maioria de nosso povo considera a educação como algo muito importante na vida das pessoas. O Instituto Vox Populi fez levantamento, por encomenda do Grupo Pitágoras, de Belo Horizonte, que serviu de base das discussões do IV Congresso de Qualidade em Educação. As quatro mil entrevistas com pais, estudantes e professores de todas as regiões mostraram que 76% "concordam muito" com a idéia de que, sem educação, é impossível vencer na vida. Outros 10% "tendem a concordar". Ou seja, 86% acham que sem escola não se chega a lugar nenhum.

A pesquisa apurou ainda que "é fundamental saber ler" para 83%, "expressar seus pensamentos por escrito" para 66% e "fazer contas" é importante para 78%. Ou seja, a maioria conhece o básico da melhor teoria pedagógica.

Os brasileiros tiveram bom senso ao

responder que o mais importante de se aprender na escola é "português", 99%; "matemática", 95% e "ciências", 84%. As crianças gostam de ir à escola? Sim, disseram 89%.

Tais respostas provam que povo brasileiro está amadurecido para uma profunda reforma na estrutura da Educação. E a proposta do ministro Paulo Renato caminha neste sentido, na linha da simplificação do sistema.

Ele diz: "Pegue-se o último plano decenal para a educação. Belíssima peça. Muita declaração de intenções. Não tem um dado, um número, uma forma concreta de como se iria atingir as metas. Na educação, tudo foi sempre assim. Eu quero cuidar do básico. O básico, no caso, é o ensino básico, aquele que fica entre a alfabetização e a 8ª série e, segundo a Constituição, é obrigatório".

Vários estados brasileiros estão presentes nesta modernização do ensino. Minas Gerais vem buscando ampliar o processo de autonomia administrativa das escolas, com a eleição de diretores e dos conselhos de pais e mestres. Um dossiê da pesquisadora Celina Albano para o Banco Mundial conclui: em 94 escolas de dez municípios mineiros, os diretores cuidavam melhor da administração, os professores passaram a ter maior auto-estima e os alunos mostraram mais empenho. Os políticos, que antes nomeavam diretores, também já haviam se convertido à autonomia administrativa.

No Rio Grande do Sul, a experiência da autonomia administrativa da escola vem ganhando espaço, assim como no Ceará, onde a prova para aferir o conhecimento dos candidatos à direção da escola, antecede a escolha feita pela comunidade, dentre os candidatos aprovados.

Há três anos, o Rio Grande do Sul, com 1,3 milhões de alunos em 3.365 escolas da rede pública estadual, ficou em oitavo lugar na avaliação geral do desempenho escolar feita pelo MEC, abaixo do Paraná. Nas provas de 1995, tabuladas no mês de maio último, o Rio Grande havia pulado para a terceira colocação, acima de São Paulo.

O Sistema de Avaliação Ensino Básico iniciou as suas atividades em 1990, de forma acanhada. O resultado da avaliação de 1993 só foi tabulado neste ano. Somento a terceira rodada, feita em 1995, teve a adesão dos 27 estados brasileiros. Além das 2.333 escolas públicas, foram incluídas na avaliação 550 escolas particulares. Dos 34 milhões de alunos brasileiros, 125 mil foram sabatinados. O MEC já anunciou que este número deve crescer na avaliação de 1996.

Um dos mitos derrubados pela avaliação é de que o ensino particular é melhor que o público. A média nacional

ficou em 4,3 - quer dizer, houve 45% de acertos em trinta questões de matemática e português. Os alunos tiveram melhor desempenho em português, que em matemática. O Distrito Federal ficou em primeiro lugar na avaliação, com 52% de acertos. O último colocado foi o Maranhão, com 38% de acertos.

Os técnicos em Educação têm agora material para analisar, a fundo, como está a educação brasileira. Começa a haver informações mais concretas do que está acontecendo na escola. O próprio ministro Paulo Renato tem reclamado da falta de dados concretos sobre a educação. Ele reclama, por exemplo, da estimativa feita pelo IBGE de que 2,3 milhões de crianças estão fora da escola. Mas não se sabe em que parte do País. Por isso, o MEC resolveu fazer, neste final de 96 um censo geral da Educação, para se ter números seguros sobre o déficit educacional e onde ele está para que os secretários estaduais e municipais possam agir em conjunto com o Governo Federal.

O Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso mudou radicalmente a orientação dos investimentos na Educação. Neste ano estão sendo investidos R\$ 250 milhões para concluir obras nos esqueletos de 170 Ciacs deixados por governos anteriores, que só se preocupavam em construir prédios, deixando de lado a busca da qualidade do ensino. Que é o que está sendo feito agora, já que, mesmo com o investimento de grandes somas de recursos em prédios, o ensino brasileiro disputava as últimas colocações, nas avaliações internacionais, com países como Bangladesh, Nigéria e Paquistão.

É importante assinalar que os índices de desenvolvimento do PNUD, um programa da ONU, considera que, para se medir o progresso de um povo, três indicadores são fundamentais: renda, expectativa de vida e escolaridade.

Até agora, administrar a Educação no Brasil era construir escolas. O Governo Federal, os governos estaduais e os municipais estão entendendo que o importante é assegurar a qualidade do ensino e diminuir a repetência e a evasão. Adota-se agora uma política de recursos humanos em que o investimento maior é direcionado para a política salarial do Magistério conforme se vê na PEC 233.

Está se reascionando educação com melhoria da distribuição de renda, coisa que foi empurrada, no Brasil, para escanteio durante muito tempo. Há poucos anos podia-se apostar na Venezuela, com seu petróleo, ou no Chile, com suas escolas. Ganhou quem pôs as suas fichas no Chile. O Brasil tem muito a ganhar, incrementando esta revolução silenciosa na Educação.

■ Ubiratan Aguiar é deputado federal pelo PSDB do Ceará